

# LUSOFONIA E GLOBALIZAÇÃO

## A possibilidade de refazer utopias

### LUSOPHONY AND GLOBALIZATION

#### The possibility for remaking utopias

José Eduardo Franco \*

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA /CLEPUL  
joseduardofranco@gmail.com

#### *Resumo:*

A “Lusofonia” é um conceito plurissignificativo e encerra um ou vários projetos de posicionamento geoestratégico dos países de língua oficial portuguesa e/ou que têm o português como parte do seu património linguístico. Apesar deste conceito recente significar essencialmente (ou melhor, oficialmente) o projeto político de afirmação de uma comunidade linguística com dimensão importante no jogo de forças das línguas a nível planetário, ele tem atrás de si um determinado ideal de universalidade configurado no quadro da expansão moderna de Portugal como reino cristão europeu. Partindo do debate em torno do(s) conceito(s) e do(s) projeto(s) de Lusofonia, procuraremos perscrutar as suas raízes míticas e utópicas patentes em projetos antigos de reorganização do mundo, nomeadamente o ideal do Quinto Império e as suas metamorfoses no decurso da história das ideias em Portugal. Procuraremos analisar criticamente de que modo alguns elementos do arsenal mítico e utópico de modelo de reorganização, sob égide lusófona, de um mundo globalizado se decalca, reinterpreta e atualiza no projeto de comunidade lusófona e/ou em projetos de mediação global de que a língua portuguesa seria instrumento.

*Palavras-chave:* Lusofonia, globalização, mito, utopia, metamorfoses.

---

\* Historiador, doutorado pela EHESS (Paris), diretor do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da FL da UL. Coordenou projetos de investigação como o *Dicionário Histórico das Ordens*, a *Obra Completa do Padre Manuel Antunes* (14 vols.) e o projeto *Arquivo Secreto do Vaticano* (3 vols.). Da sua bibliografia destacam-se os estudos sobre Vieira, os Jesuítas e o Marquês de Pombal. Dirigiu com Pedro Calafate o projeto luso-brasileiro “Vieira Global” para publicação da *Obra Completa do Padre António Vieira* (30 vols.). Tem em preparação um *Dicionário do Padre António Vieira* e edição da obra seleta deste autor em 12 línguas de grande circulação internacional. Coordena o projeto “Cultura em negativo” para publicação na INCM de um *Dicionário dos Antis* e de uma *História da Cultura Portuguesa em Negativo*.

*Abstract:*

“Lusophony” is a multi-significant concept, containing one or various geostrategic positioning projects from the countries of official Portuguese language and/or with Portuguese as part of their linguistic patrimony. Although this recent concept signifies essentially (or rather, officially) the political project of a linguistic community affirmation with an important dimension in the languages’ games of power at a planetary level, it has behind it a certain ideal of universality, configured in the frame of Portugal’s modern expansion as a European Christian kingdom. Departing from the discussion around Lusophony concept(s) and project(s), we will try to peer its mythical and utopic roots, exhibited in ancient projects of reorganization of the world, namely the ideal of Fifth Empire and its metamorphosis in the course of Portugal’s History of Ideas. We will seek to critically analyse the way some elements of the mythical and utopic arsenal of a reorganizational model, under Lusophone aegis, of the globalized world are based on, reinterpreted and actualized in the project of a Lusophone community and/or in projects of global mediation, within which the Portuguese language would be an instrument.

*Keywords:* Lusophony; globalization; myth; utopia; metamorphosis.



*As línguas são como as sementes lançadas à terra. São como as plantas: nascem dos cadáveres umas das outras.*

Andreas Farmhouse

*Mais do que objeto de mera curiosidade histórico-linguística, ou até histórico-cultural, a ideia de lusofonia é hoje tema em que são investidos paixão e interesses, que têm a ver não apenas com aquilo que os países lusófonos são como língua e cultura no passado, mas também, sobretudo, com o presente e com o destino do ‘continente imaterial’ de sonhos e horizontes de futuro que essas nações constituem.*

Moisés de Lemos Martins

É fascinante a aventura das línguas.

As línguas são organismos vivos e são, por excelência, metamórficas. As línguas nascem, crescem, modelam-se e modelam, perduram... Muitas desaparecem ou, na maior parte, transmutam-se noutras línguas, sempre

numa permanente demanda da “língua perfeita” (Eco, 1996). Na verdade, as línguas nascem umas das outras. Este é o cartão de identidade de todas as línguas que conhecemos, se atendermos a uma análise na longa duração.

As línguas agarram-se à nossa pele, povoam o nosso sangue, fazem parte de nós, são da nossa carne. Por isso, é custosa toda a mudança que se queira fazer à língua que bebemos com o leite materno. Mudar a língua que aprendemos é como mudar o corpo. Arrancar letras ou acentos das palavras que fomos habituados a marcar com ternura ou com violência na nossa carne é como se nos arrancassem um membro.

As línguas colonizam e são colonizadas. Fazem nascer cultura e nascem das culturas e das mentalidades que dizem e em que são ditas. Modelam e são modeladas. São a expressão de um processo simbiótico contínuo, longo, quase invisível, mas que se vai tornando visível quase sem nos apercebermos (Martins, 2006: 80-81).

A língua é, acima de tudo, uma espécie de ser vivo em permanente transformação. Querer tomar a língua como uma estrutura pura, imobilizada no tempo, intocável, é sofrer de miopia histórica e não entender o caráter dinâmico da língua. As línguas não nascem sequer de um princípio único, resultam de muitos contributos e influências. Querer afirmar a matriz pura de uma língua ou querer garantir a todo o custo a sua alegada pureza constitui uma espécie de fundamentalismo semelhante a quem deseja encontrar na origem das nações uma raça pura, única, imaculada, distinta. Este posicionamento acaba por configurar uma forma de “eugenismo” linguístico.

As línguas são a expressão da humanidade diversa, rica em expressões e possibilidades que interagem e formam a pletera humana que faz a sua grandeza e a sua maior riqueza.

A língua que chamamos “Portuguesa” é da grande família das línguas românicas que foi gerada na erosão da língua latina por via popular, elevando-se depois na modernidade a língua com estatuto autónomo e de comunicação intercontinental.

A língua portuguesa nasceu da matriz latina fundamental, mas a sua pele traz pigmentos terminológicos dos povos que primordialmente aqui habitaram no território que hoje se diz Portugal. Recebeu termos vindos dos fenícios, dos gregos, dos celtas, dos povos bárbaros do Norte e do Centro da Europa. O seu enriquecimento e fortalecimento como língua de

império fez-se no contacto com outros povos e outras línguas com quem entrou em interação, a que Roberto Carneiro designou como uma “permanente dialéctica identitária” (*apud* Costa & Lacerda, 2007: 7 e ver 124 ss.)

Se hoje temos a língua que temos devemos-lo aos contributos de muitos povos e culturas com quem nos relacionámos historicamente como povo, em particular a partir da Época Moderna. Esses povos também são construtores da nossa língua que depois quiseram fazer sua. Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor e a velha Galiza são hoje países e nações irmãs que ajudaram a ter a língua universal que temos (Brito, 2013: 51).

A língua portuguesa assumiu, entretanto, o cognome de “lusa” com o sentido de se afirmar como língua universal em contexto de globalização, designando uma comunidade intercontinental de falantes capaz de ombrear com outras importantes comunidades linguísticas do nosso planeta (*Ibidem*: 51).

É certo que a nossa língua, como todas as línguas, transporta consigo memórias de construção e de desconstrução, de domínio e de subjugação. As línguas trazem as marcas dos mitos e das utopias de domínio, mas também os genes de uma reconciliação possível. Pela sua geometria e expressão do fenómeno humano atuante no tempo e na história, as línguas são tanto pontes de encontro, instrumentos de diálogo e de aproximação, como armas de segregação, de domínio e de anulação do outro. A língua é uma arma poderosa: serve para declarar a guerra ou para exprimir sonhos de paz e de amor.

O sentido e o uso que se lhe confere é que orientam a sua agulha em favor ou em desfavor de um projeto de dignificação do humano, na diversidade das suas expressões identitárias.

Esta é cruz da Lusofonia e a arena da sua envolvência polémica: a língua portuguesa afirmou-se como língua de império, foi instrumento de dominação. Foi uma língua colonial. No entanto, não se limitou a colonizar, mas foi também colonizada.

Essa memória iniludível faz parte do património desta nossa língua. Todavia, se queremos fazer dela uma língua de convívio pacífico entre povos irmanados através deste instrumento de comunicação comum urge, sem escamotear o passado mas encarando-o de frente, que consideremos esta língua como tendo sido construída por todos aqueles que a falam (cf.

Burget, 2013: 42-47). Como bem alertou Eduardo Lourenço apontando o único sentido aceitável da construção de uma comunidade lusófona, ou seja, isso mesmo, a construção de “comunidade”:

A lusofonia não é nenhum reino mesmo encartadamente folclórico. É só – e não é pouco, nem simples – aquela esfera de comunhão e de compreensão determinada pelo uso da língua portuguesa com a genealogia que a distingue entre outras línguas românicas e a memória cultural que, consciente ou inconscientemente, a ela se veicula. Neste sentido, é um continente imaterial disperso por vários continentes onde a língua dos cancioneiros de Fernão Lopes, de Gil Vicente, de Bernardino, de Pêro Vaz de Caminha, de João de Barros, de Camões se perpetuou essencialmente na mesma que lhe chamamos ainda portuguesa e outra na modelação que o contacto com novas áreas linguísticas lhe imprimiu ao longo dos séculos. (Lourenço, 1999: 174)

Há que fazer, em corresponsabilidade e sem descurar uma necessária tensão criativa, um permanente exercício político e cultural de desminagem ideológica da língua e dos projetos de dominação que ela pode transportar, se queremos criar uma rede global de países e nações lusófonas onde todos sejam tratados por igual e possam construir juntos uma comunidade coesa e marcada pela unidade da língua e pela riqueza da diversidade de culturas e de outras línguas que devem ser de igual modo preservadas como património imaterial indispensável da humanidade.

Nenhum país pode ser considerado o dono a língua (Martins, 2006). A língua é de quem a fala (cf. Cristóvão: 2008). Indo mais a fundo nesta análise do poder da língua e do poder sobre a língua, poderíamos dizer com a sagacidade magistral de Eduardo Lourenço que “dessa língua, os portugueses são os atuantes primeiros na ordem cronológica, mas isso não lhes dá nenhum privilégio de ‘senhores da língua’, que é sempre senhora de quem a fala” (Lourenço, 1999: 164).

Somos todos condóminos de um mesmo edifício linguístico, com responsabilidades iguais no seu melhoramento e progresso. Assim o pensaram e defenderam grandes linguistas dos quais é bem representativo Lima Sobrinho:

Há que pensar num idioma que não seja monopólio de portugueses e brasileiros (...). Nenhuma nação do mundo pode ter a pretensão pueril de querer ditar normas e usos linguísticos às demais. No caso, o que todas as nações devem fazer é proceder ao conhecimento das diferenças, sempre em busca de uma unidade superior. Até porque a norma culta da língua estará sempre onde houver o desenvolvimento de cultura e civilizações como hoje ninguém ignora. Sem outras palavras, todas as nações do mundo lusofónico falam a mesma língua, mas cada um a seu modo. (Sobrinho, 1989: 16 e 17)

Se as línguas transportam projetos de dominação e de anulação do Outro, também podem transportar utopias de paz e de concórdia, fixar ideais de tolerância e ideais de fraternidade e boa convivência entre os povos (cf. Pinto, Calazans e Franco, 2013).

A língua portuguesa sempre foi veículo de sonhos e de utopias de educação, de cultura nova, mas também de reconciliação da humanidade. Há um património ético, uma constelação de valores pensados, proclamados e fixados na nossa língua que podem ser revisitados, recuperados e potenciados para construir uma comunidade de falantes em função de um futuro que poderemos construir em conjunto. Sintonzamo-nos aqui com Fernando Cristóvão e a sua ideia de Lusofonia como espaço de ecumenismo cultural que vale a pena relevar:

Tem sido importante para todos os países que têm a língua portuguesa como sua língua também, em uso materno ou oficial, a sua integração no mundo lusófono.

Desta vivência em comum, têm-se acumulado durante séculos coloniais valores diversificados de cultura e de ética, favorecendo a construção da Unidade e a aprendizagem da diversidade.

E, precisamente porque a unidade não tem impedido, antes defendido, a diversidade, é que a Lusofonia não significa limitação cultural ou social, antes interiorização e vivência de uma dimensão ecuménica, dimensão esta cada vez mais necessária no nosso tempo.

Ecumenismo que, estando já contido no interior da língua e da cultura portuguesas e reforçado na sua história recente da passagem da Lusitanidade à Lusofonia, importa alargá-lo a todo o espaço lusófono, adotando também os contributos do multilinguismo linguístico e cultural. (Cristóvão, 2012: 23)

Uma nova identidade pode ser erguida com o contributo das diferentes tradições e culturas. Será a comunidade intercontinental de falantes lusófonos necessariamente uma comunidade multi-identitária. Urge, pois, capitalizar esta longa viagem, feita de encontros e desencontros, de povos construtores de uma língua comum, reconhecendo cada um o valor do outro, como bem enuncia Fernando Cristóvão: “A viagem rumo à Lusofonia tem sido longa de séculos, feita de muitas viagens, viajantes, momentos de euforia e disforia, em processo de maturação permanente” (Cristóvão, 2008: 45).

Podemos agora destacar, de forma exemplificativa, tópicos ideográficos de autores emblemáticos da cultura portuguesa (estas marcas encontramos também em todas as culturas que compõem os países lusófonos) que exararam pensamento na nossa língua, perspetivando-a como capaz de construir uma nova universalidade. Este pensamento utópico, e a sua inerente ideografia de um mundo novo, foi enriquecido no contacto com diferentes povos e culturas do mundo, tendo sido veículo de pensamento utópico globalizante em vista da possibilidade-desejo de construção de uma humanidade melhor à luz dos valores e mundividências próprios do seu tempo<sup>1</sup>.

Recuemos ao século XVI e à primeira tentativa de codificar gramaticalmente a nossa língua em processo de consolidação como língua de circulação internacional. Fernão de Oliveira, humanista pioneiro e primeiro gramático do português, reconheceu na língua o instrumento por excelência de educação e de criação de uma comunidade mais coesa. Afirmou, pois, a língua como criadora de civilização e garantia de auto-determinação. Assim escreveu na introdução à primeira *Gramática da Língua Portuguesa*, publicada em 1536:

(...) que a possamos ensinar a muitas outras gentes e sempre seremos delas louvados e amados, porque a semelhança é causa do amor, e mais nas línguas; “agora que é tempo e somos senhores (...), porque melhor é que ensinemos a Guiné cá, que sejamos ensinados de Roma. E não desconfiemos da nossa língua, porque os homens fazem a língua, e não a língua os homens. (Oliveira, 2013: 57)

1 De forma mais abrangente, estes marcos de tolerância patentes e ditos em língua portuguesa poderão ser consultados na nossa obra em edição intitulada *Portugal Tolerante* (2013).

Logo na abertura da década seguinte, João de Barros, de cujos filhos Fernão de Oliveira tinha sido preceptor, ressalta, nessa primeira metade do século XVI em que se afirmava já a língua portuguesa como língua de circulação internacional, o poder de perduração do património imaterial, que constitui a língua mais do que os patrimónios materiais, “pois é certo que mais pode durar um bom costume e vocábulo, que um padrão” (Barros, 1540: 58).

À semelhança das grandes línguas, à nossa língua foi destacada logo no tempo da sua grande construção moderna a capacidade de absorção coparticipada de contributos de outras línguas, que fazem do português uma espécie de *corpus* linguístico onde se reflete a cultura de outros povos, conferindo-lhe um selo de pluralismo e de universalidade ainda mais eloquente. Como muito bem apontou Moisés de Lemos Martins, no luminoso prefácio ao livro recente de Regina Pires de Brito sobre *Língua e identidade no universo da Lusofonia*, “as figuras de lusofonia e de comunidade lusófona não remetem para um imaginário único. Direccionam, sim, obrigatoriamente, para múltiplos imaginários lusófonos” (Martins, 2013: 10).

O nosso épico Luís de Camões ergue a portuguesa língua ao estatuto de tradutor do sentimento de um povo engrandecido por gestas cantadas, numa obra que marcou a literatura universal: *Os Lusíadas*. Esta epopeia – acima de tudo uma *epopeia gnosiológica*, ou seja, de (re)conhecimento do mundo –, recobra a contemplação literariamente embevecida perante o conhecimento do mundo permitido pelos portugueses nas viagens marítimas que construíram a primeira globalização:

Vês aqui a grande máquina do Mundo,  
Etérea e elemental, que fabricada  
Assi foi do Saber, alto e profundo,  
Que é sem princípio e meta limitada.  
Quem cerca em derredor este rotundo  
Globo e sua superfície tão limitada,  
É Deus: mas o que é Deus ninguém o entende,  
Que a tanto o engenho humano não se estende.  
(Camões, X, 80)

Um dos grandes prosadores de seiscentos, António de Sousa de Macedo, destacou este carácter plástico e eclético da nossa língua, que lhe granjeia essa dimensão de universalidade:

(...) es tan copiosa la lengua Portuguesa, que no solamente tiene todas las palabras de las otrasno\_s más. Y si otra lengua tiene alguna de las dichas palabras

No mesmo século XVII, o incontornável pregador barroco Padre António Vieira, elevado ao estatuto de Imperador da Língua Portuguesa, compilou materiais proféticos antigos e concebeu uma utopia nova dita em língua portuguesa na primeira universal *História do Futuro* alguma vez ensaiada, conforme classificou o estudioso francês Raymond Cantel (1963).

A língua portuguesa escrita é então elevada a uma perfeição tal que influencia a forma de escrever com uma complexidade como até então nunca fora manejada para construir a utopia mais generosa e universalista alguma vez concebida na Época Moderna. Como considerou José Saramago no seu blogue não muito tempo antes de falecer, “Isto a que chamam o meu estilo assenta na grande admiração e respeito que tenho pela língua que foi falada em Portugal nos séculos XVI e XVII. Abrimos os *Sermões* do Padre António Vieira e verificamos que há em tudo o que escreveu uma língua cheia de sabor e de ritmo, como se isso não fosse exterior à língua, mas lhe fosse intrínseco. Nós não sabemos ao certo como se falava na época, mas sabemos como se escrevia. A língua então era um fluxo ininterrupto. Admitindo que possamos compará-la a um rio, sentimos que é como uma grande massa de água que desliza com peso, com brilho, com ritmo, mesmo que, por vezes, o seu curso seja interrompido por cataratas” (*apud* Cunha, 2012: 107).

O Quinto Império que, segundo Vieira, deveria ser erigido à escala global sob a égide portuguesa não é um império de dominação, à semelhança dos outros impérios, mas um império de paz e de concórdia entre os homens. É um projeto proto-ecuménico que professa um ideal de harmonia para os povos de toda a terra entre si (Vieira, 2013, t. 2, vol. V e VI). Esse ideal de harmonia visava unificar o género humano, agora conhecido globalmente, mas também globalmente perçecionado como fraturado, dividido e em permanente conflito. Vieira sonhava ver o herege,

o gentio e o judeu aliados ao católico, unidas “todas as seitas do mundo, feita a concórdia de uma só fé e religião, em total consonância, e perpétua harmonia, contendo em todas as quatro partes do mundo, até ao fim dele, e confessando alternadamente a muitas vozes, e juntos numa só voz”<sup>2</sup>.

O Quinto Império segundo Vieira e dito em língua portuguesa estabelece uma plataforma cultural integradora e respeitadora, até certo ponto, da cultura do outro. É uma espécie de matriz genética que pode conferir à Lusofonia a depuração necessária de qualquer intento de domínio de um povo sobre outro e abrir caminho para a coparticipação e o entendimento da língua como um bem e um direito de todos, como base de comunicação, de coesão e de concórdia, recusando o imobilismo e aberta à transformação permanente que o passar dos tempo e dos contextos impõe. Vieira concebeu com a sua obra utópica aquilo que Aníbal Pinto de Castro (1997: 201) definiu como a “Cidadania do futuro”.

Na verdade, os mitos e as utopias são a expressão mais identitária de um povo e são a voz mais profunda da sua cultura. Para além da roupagem própria da sua época transportam ideários e desafios íntimos que podemos ver redimensionar-se e ganhar sentidos próprios, e ser construtores de projetos de humanidade nova em cada tempo. Mircea Eliade compreendeu e deu bem a compreender o sentido forte da linguagem dos mitos e das utopias em várias e ainda inspiradoras obras. Revisitemos uma dessas passagens que revolucionaram a nossa percepção crítica dessa forte herança cultural que se consubstancia na criação mítica e utópica dos povos:

Estamos hoje aptos a compreender uma coisa que o século XIX não podia sequer pressentir: que o símbolo, o mito, a imagem, pertencem à substância mesma da vida espiritual, que a gente não pode jamais extirpá-los (...). Os mitos se degradam e os simbolismos se secularizam, mas eles jamais desaparecem, mesmo na mais positiva das civilizações (...). Os símbolos e mitos vêm de longe. Fazem parte do ser humano e é impossível deixar de encontrá-los em toda e qualquer situação existencial do homem no cosmos. (Eliade, 1952: 12)

---

2 O grande pregador barroco acrescenta um dado curioso neste sermão: “E quem medir geometricamente o mundo verificará que este cabo ou rosto do Ocidente (Portugal) será o local predestinado pelo Supremo Arquiteto” (Vieira, 2010: 221).

Em versão contemporânea, mística, esotérica e simbolista, Fernando Pessoa vai atualizar esta utopia universalista de Vieira na primeira metade do século XX, ampliando-lhe a mesma capacidade integradora e incultoradora depois ter feito a sua famosa confissão de fé linguística no *Livro do Desassossego*, escrito sob o heterónimo de Bernardo Soares: “A minha pátria é a língua portuguesa.” Esta adesão foi primeiramente provocada por um efeito estético perante uma língua que tinha atingido na boca e na pena de um dos seus grandes cultores uma extraordinária complexidade e beleza:

Não choro por nada que a vida traga ou leve. Há porém páginas de prosa que me têm feito chorar. Lembro-me como do que estou vendo, da noite em que, ainda criança li, pela primeira vez, numa selecta, o passo célebre de Vieira sobre Salomão: *Fabricou Salomão um palácio...* E fui lendo até ao fim, trémulo, confuso; depois rompi em lágrimas felizes, como nenhuma felicidade real me fará chorar, como nenhuma tristeza da vida me fará imitar. Aquele movimento hierático da nossa clara língua majestosa, aquele assombro vocálico em que os sons são cores ideais – tudo isso me toldou do instinto como uma grande emoção política. E, disse, chorei: hoje, lembrando, ainda choro... não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, um sentido, um alto sentido patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa. (Pessoa, 1982: 23)

A língua portuguesa e a sua condição plástica, os seus genes universalistas estão intimamente ligados à paleta rática multicolor que é o povo que a fala, um povo em cujas veias corre sangue de todas as raças, nações e religiões (Pessoa, 1986: 12). Portugal e a sua língua são entendidos fundamentalmente como uma “virtualidade” e uma “promessa” ou “possibilidade” de um mundo novo (Pessoa, 1978: 229).

Fernando Pessoa redescobre e plasma como ninguém o poder fecundador e recriador das dimensões míticas da cultura de que a língua é portadora, patente nesta definição poética do mito que nunca é demais retomar:

O mito é o nada que é tudo,  
O mesmo sol que abre os céus  
É um misto brilhante e mudo.  
O corpo morto de Deus.  
Vivo e desnudo.

Este, que aqui aportou  
Foi por não ser existindo.  
Sem existir nos bastou.  
Por não ter vindo foi vindo  
E nos criou.

Assim a lenda se escorre  
Ao entrar na realidade,  
E a fecundá-la decorre.  
Em baixo, a vida metade.  
De nada morre.  
(Pessoa, 1943: 19)

A nossa perspetiva visa, pois, destacar e reperspetivar em cada tempo o potencial mítico e utópico que a língua portuguesa colheu nos seus diferentes portos de abrigo e que transporta sempre rumo a um destino que passará necessariamente por uma recriação sucessiva, podendo, como será natural, transformar-se um dia noutra coisa. Como bem aponta Fernando Cristóvão:

A Lusofonia não é, pois, uma recriação artificial decidida por qualquer tratado, é o ponto de chegada de muitas viagens que agora prosseguem para novas etapas, guiadas por uma certa concepção e projeto de unidade e entreajuda. Por isso a Lusofonia é, simultaneamente, utopia criadora e realidade que se constrói todos os dias, formulada à volta do mito do Quinto Império. É que, na esperança e expectativa de um messianismo sebastianista, mergulham as raízes da utopia do Quinto Império, entre o pessimismo do *Tratado da Quinta Monarquia – Felicidades de Portugal Profetizadas*, de Sebastião de Paiva, e o optimismo de Vieira nos *Sermões, História do Futuro, Clavis Prophetarum*. Para Vieira era preciso ‘converter e reformar o Mundo, florescendo mais do que nunca o culto divino, a justiça, a paz e todas as virtudes cristãs’, como preconiza na *História do Futuro*. (Cristóvão, 2008: 61)

Na mesma esteira, mas em ótica tangivelmente mística e vitalista, Agostinho da Silva professa em língua portuguesa o conteúdo utópico do Quinto Império, idealizando o futuro do mundo como uma grande comu-

nidade que repousa na contemplação e se une pelo cruzamento universal das raças fomentado pelos lusófonos. A nova humanidade é a humanidade totalmente miscigenada, o homem novo é todo ele multicolor devedor não de uma só raça, mas de todas as raças fundidas numa só. A Lusofonia, com o seu ideal de comunidade humana é, por excelência, anti-eugenista e antinazista e plenamente inclusiva do humano na máxima diversidade.

A primeira grande etapa a concretizar para estabelecer a “nova infância do mundo” que consiste a criação do Quinto Império passa por restaurar a criança que existe em cada ser humano e coroá-la de imperador. Neste sentido, caracteristicamente evangélico e joaquimita, urge

(...) atendermos ao anúncio de João, aquele cujo Evangelho está nos Pireneus, o anúncio de que depois de Cristo viria a grande consolação do Espírito Santo e podermos admitir, sem a heresia de Joaquim de Flora, a ideia de uma terceira Revelação, a Revelação que os homens não têm querido ou não têm podido entender, de que a criança deve ser o modelo de vida e de que por ela se estabelecerá na terra o Reino do Espírito Santo. (Silva, 1960: 17)

Logo, esta etapa é de carácter espiritual e implica uma *metanoia*, ou seja, uma conversão interior:

Se o primeiro passo dos impérios está no espírito dos homens – e por cá se destroem todas as filosofias materialistas e todos os procedimentos materialistas – muito mais estará este Quinto Império do Espírito Santo, a que iam os portugueses do século XV e a que podem, quando quiserem, ir os portugueses de hoje, o que significa os que hoje no mundo falam e sentem português. (*Ibidem*: 18)

A ideia religiosa do Quinto Império será, deste modo, a religião das crianças, na medida em que será a religião do Espírito Santo. Para que esta nova ordem seja exequível na Terra é de grande urgência criar beleza, através da consagração da matemática e da ciência como poesia.

Numa segunda etapa, “deverá caber à ordem dos homens decididos a instaurar o Quinto Império e tomar conta de tudo o que for organização e administração”; “(...) governar passará a ser uma tarefa de natureza religiosa, moral e litúrgica e não, como hoje, a detenção do poder ou

do emprego apenas". Por fim, todo o labor pensante dos seres humanos deverá orientar-se para a meditação do Espírito Santo e para a instauração do seu reino pneumatológico. Com efeito, a oração será a tarefa fundamental que presidirá à assunção do Quinto Império. Cumprido este percurso de assunção de uma nova era, acontecerá o Quinto Império, onde "nenhum procedimento haverá que não se dirija ao louvor de Deus e ao agradecimento do milagre que somos, do maravilhoso milagre que é a vida" (*ibidem*). No fim de contas, Portugal oferecerá ao mundo "o seu reino de alma humana" continuamente sendo e sempre ansiosa de ser mais e melhor. (*Ibidem*: 18-19)

Mais recentemente, a escritora açoriana Natália Correia viria a atualizar ainda mais as possibilidades integradoras e diferenciadoras da utopia do Quinto Império de matriz lusófona, afirmando que a sua fundação será feita dando primazia aos valores ditos femininos e pelo protagonismo e pelo doce domínio das mulheres. Como escrevemos noutra obra sobre este assunto:

É neste quadro que confere um protagonismo especial à fundação e promoção do culto do Espírito Santo a uma mulher arquetípica da nacionalidade portuguesa, a Rainha Santa Isabel. O que significa colocar na génese dos tempos primordiais do reino de Portugal o fermento feminino que lançaria as sementes da utopia feminina do Quinto Império de fundamento pneumatológico. (Franco e Mourão, 2004: 323)

A idade do espírito feminino será marcada pela horizontalidade, pelas relações sociais e pessoais. Serão abolidas as mediações hierárquicas próprias do dito por Natália como sendo do "machismo" que teria dominado a nossa cultura ocidental. Sob o signo da mulher e da Terceira Idade de Joaquim de Flora emergirá uma nova era que porá fim a todas as opressões e discriminações entre sexos:

É o Pentecostes da humanidade que se coroa a si mesmo, sem mediações, entre as quais o poder pela natureza coactiva não recebe a iluminação do Espírito. E para que este chegue triunfalmente já as mulheres por Ele inspiradas juncam o caminho com as cores da sua cultura de amor e solidariedade. E digo as mulheres porque o Espírito Santo, esse sopro que tudo anima, ânimo dos

humanos é feminino – o *Ruah Qadesch*, do aramaico, do hebreu, das línguas semitas –, a consagração da sacralidade do feminino que a androcracia mosaica escamoteou. Parece-nos, pois, justo concluir que o regresso do pensamento mítico do vitalismo e de outros valores da cultura do feminino que estão a minar a hegemonia do racionalismo, são pressupostos da reanimação pentecostal do espaço sagrado. (*Apud* Franco e Mourão, 2004)

O Quinto Império no feminino é a mais polémica e mais contemporânea metamorfose em língua portuguesa de uma utopia que projeta uma transfiguração da caminhada da humanidade no tempo e na história, acalentando uma reforma que se aproxime de uma certa ideia de perfeitibilidade.

### Para concluir

Queremos avocar aqui, para concluir, a reflexão de Manuel Antunes que, na sequência do 25 de Abril, de forma pertinente nos abriu a porta para olharmos a outra dimensão do património veiculado pela nossa língua, capaz de construir uma unidade entre os povos por via da depuração crítica dos mitos negros e das entropias de dominação que invalidariam qualquer projeto de dominação neocolonialista. Faz apelo às virtualidades do trabalho da utopia como necessário para repensar a identidade e reprojeta-lo em horizonte de futuro. Nas palavras de Manuel Antunes (2005: 33),

(...) sem um mínimo de utopia, as sociedades humanas em geral e a sociedade portuguesa em particular ou caem na greve dos braços caídos ou entram pelo labirinto de todos os maquiavelismos e oportunismos ou, mais gravemente ainda, sentam-se à beira-nada, esperando, num desespero tranquilo, a própria morte.

O seu pensamento quase-utópico lançava então as bases para a rentabilização do capital-língua e do capital-cultura, bem patente no *puzzle* multicolor das culturas lusófonas. Reconsidera ainda o seu *modus colonizandus*, isto é, o modo como poderá beneficiar da relação com os outros povos: a língua como veículo da cultura, como expressão de uma maneira de ser, de estar no mundo.

Este pensador jesuíta é um daqueles que, sem dúvida, contribuíram com o seu pensamento para a urgência de repensar, caído o império de África na sequência da Revolução dos Cravos, o papel da língua e desvinculá-la de velhos projetos imperialistas, dando conta de povos e culturas de quatro continentes através da língua e de traços da memória cultural. Esta reflexão inscreve-se muito na linha do que têm defendido autores lusofilistas como Fernando Cristóvão. Este autor e fundador do ICALP propõe, no seu livro *Da lusitanidade à lusofonia*, o conceito de “língua património” como fator unificador fundamental e, até, carateriológico de uma comunidade estratégica de povos e culturas lusófonas, qual materialização da utopia do Quinto Império pela construção de uma comunidade alargada pelo fio da língua. Escreve Fernando Cristóvão, atribuindo um poder unificador e diferenciador à língua, enquanto ponto nodal de identificação cultural e de construção de sentido e de mundividência:

E é na língua, através da sua forma escrita, em especial, que esse património se vai explicitando, encadeando e transmitindo, reforçando a unidade e a coerência. Até porque, como explicam os linguistas, cada língua possui mundividência própria no entendimento da realidade, modelando a percepção da vida e dos acontecimentos, articulando a sua estrutura com formas gramaticais próprias de tipo sintático ou morfológico, distinguindo ou ignorando modos de dizer, criando uma coesão entre os que a têm por sua, e marcando uma fronteira em relação aos outros. (Cristóvão, 2008: 69-70)

Em suma, o projeto da construção de uma comunidade lusófona de falantes pode fazer sentido no atual contexto de um mundo globalizado em que a agregação de países e nações em blocos linguísticos constitui de facto um capital estratégico relevante do ponto de vista político e económico a nível internacional e, até mesmo no seu seio, para evitar processos de uniformização mais poderosos vindos de potências dominantes no plano mundial. Mas esta construção, necessariamente metamórfica e com identidades múltiplas sintonizadas pela língua comum, desenha aquilo a que podemos chamar uma supraidentidade agregadora mas não necessariamente mais forte e mais coerente (Sousa & Martins, 2012: 159-177). Moisés Lemos Martins viu com clarividência o sentido do esforço de afirmação de um projeto político e cultural lusófono: “Num tempo

pós-colonial e globalizado, estas opções linguísticas e culturais exprimem a luta pela ordenação simbólica do mundo. O que se joga nessa luta é a divisão da comunidade internacional em áreas culturais” (Martins, 2013: 11). Mas o mesmo estudioso não deixou de diagnosticar lucidamente as fragilidades e limites que temos o dever de não escamotear na apreciação deste exigente projeto, ao observar o seu espartilhamento identitário, simbólico e a sua multipolar arquitetura de afetos e de interesses descendidos (Martins, 2011: 79-83; 2014: 24-27).

Esta consideração da Lusofonia como um projeto com sentido no atual quadro geoestratégico não pode perder de vista o nosso axioma de partida, ou seja, a afirmação da consciência de que a Lusofonia mais tarde ou mais cedo há de dar lugar a outra coisa, a outra ou a outras línguas que hão de brotar do seu cadáver, que procriará mais dia menos dia. Esta consciência é importante para curar a tentação dos fundamentalismos que facilmente nos assaltam sempre que de uma justa e justificada preservação da língua se trate.

## Referências

- ANTUNES, M. (2005). *Repensar Portugal*. Lisboa: Multinova.
- ANTUNES, M. (2005-2011). *Obra Completa*, 14 vols. In J. E. Franco (coord.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BARROS, J. (1540). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tip. de Ludovico Rodrigo.
- BRITO, R.P. de (2013). *Língua e identidade no universo da Lusofonia: Aspectos de Timor-Leste e Moçambique*. São Paulo: Terracota.
- BURGET, A. (2103). Nas teias da língua: sobre a conceção da lusofonia em contextos pós-coloniais. *Revista Letras Com Vida*, 5: 42-47.
- CANTEL, R. (1963). *Prophétisme et messianisme dans l'oeuvre de António Vieira*. Paris: Ed. Hispano-Americanas.
- CASTRO, A. P. de (1997) *António Vieira, uma síntese do barroco luso-brasileiro*. Lisboa: Correios.
- COSTA, J. P. O. & Lacerda, T. (2007). *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa: Séculos XV-XVIII*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).
- CLEMENTE, M. (2008). *Portugal e os portugueses*. Lisboa: Assírio & Alvim.

- COELHO, J. do P. (1969). O nacionalismo utópico de Fernando Pessoa. J. do P. Coelho, *A Letra e o Leitor*. Lisboa: Portugalíia.
- CRISTÓVÃO, F. (dir.) (2012). *Ensaio Lusófonos*. Coimbra: Almedina.
- CRISTÓVÃO, F. (2008). *Da Lusitanidade à Lusofonia*. Coimbra: Almedina.
- CUNHA, M. F. (2012). *Padre António Vieira*. Lisboa: Edições 70.
- DACOSTA, F. (1978). O Português virá a ser uma das grandes línguas universais. *DN*, 1978.06.10 (terceiro caderno, dia das comunidades).
- ECO, U. (1996). *A Procura da Língua Perfeita*. Lisboa: Presença.
- ELIADE, M. (1952). *Images et symboles. Essais sur le symbolisme magico-religieux*. Paris: Galimard.
- FAFE, J. F. (1994). *Está Portugal em Vias de deixar de Existir?*. Porto: A Página.
- FRANCO, J. E. & Mourão, J. A. (2005). *A influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa*. Lisboa: Roma Editora.
- FRANCO, J. E. & Rico, H. (coords.) (2007). *Padre Manuel Antunes (1918-1985): Interfaces da Cultura Portuguesa e Europeia*. Porto: Campo das Letras.
- LOURENÇO, E. (1999). *A Nau de Ícaro, seguida de imagem e miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- MACEDO, A. S. de (1631). *Flores de España, Excelências de Portugal*. Coimbra: Na Oficina de Antonio Simoens Ferreyra.
- MARTINS, G. d'O. (2007). *Portugal: Identidade e Diferença*. Lisboa: Gradiva.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In Bastos, N. (org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp. 15-33). São Paulo, EDUC – IP-PUC.
- MARTINS, M. L. (2013). A lusofonia como imaginário da pluralidade e da diferença (prefácio). In R. Brito, *Língua e identidade no universo da lusofonia. Aspectos de Timor-Leste e Moçambique* (pp. 9-14). São Paulo: Terracota.
- MARTINS, M. L. (2011). Globalization and Lusophone world. Implications for Citizenship. In M. Pinto; H. Sousa (orgs.). *Communication and Citizenship: Rethinking crisis and change* (pp. 75-84). Coimbra: Grácio Editor.
- MARTINS, M. L. (2006). A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In Martins, M.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (eds.) *Comunicação e Lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 79-87). Porto: Campo das Letras.
- OLIVEIRA, F. de (2013). *Gramática da Linguagem Portuguesa*. J. E. Franco & J.P. Silvestre (coord, intro e notas). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PESSOA, F. (1943). *Mensagem*, Lisboa: Ática.
- PESSOA, F. (1978). 'Textos e fragmentos'. In Serrão J. (dir). *Sobre Portugal*. Lisboa: Ática.

- PESSOA, F. (1982). *O Livro do Desassossego*. Lisboa: Ática.
- PESSOA, F. (1986) *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Lisboa: Europa-América.
- PINTO, M.; Calazans, C & Franco, J. E. (orgs.) (2013). *Portugal Tolerante*. Lisboa: Sinais de Fogo.
- SILVA, A. (1960). Considerando o Quinto Império. *Tempo Presente*, 17-18: 9-21.
- SOBRINHO, B. L.(1989). *A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil*. São Paulo: Nova Fronteira.
- SOUSA, A. de S. (1737). *Flores de Espanha, Excelencias de Portugal*. Coimbra: António Simões Pereira.
- SOUSA, V. & Martins, M. L. (2012). Da ‘portugalidade’ à lusofonia. In Pinto-Coelho, Z. & Fidalgo, J., *Comunicação e Cultura (I Jornada de Doutorandos em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais)* (pp. 159-177). Braga: CECS/UMinho. Disponível em [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/article/view/1343](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1343). Acesso em 12/10/2013.
- VIEIRA, A. (1953). ‘História do Futuro’, *Obras Escolhidas*, Vol. II. Lisboa: Sá da Costa.
- VIEIRA, A. (2013). ‘A Chave dos Profetas’, *Obra Completa*, José Eduardo Franco e Pedro Calafate (dir.), Tomo 3, Vols V e VI. Lisboa: Círculo de Leitores.
- VIEIRA, A. (2010). *Sermões*, Vol. I. Lisboa: INCM.